



Os desafios da Agricultura Familiar e da Pesca Artesanal no estuário da Lagoa dos Patos: mudanças climáticas e o cooperativismo como estratégia de fortalecimento produtivo¹

Kamila Debian Victor²

Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Brasil

<https://orcid.org/0009-0009-0895-8110>

Brenda Ramos Uliano³

Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Brasil

<https://orcid.org/0000-0002-1799-8394>

Viviani Rios Kwecko⁴

Universidade Federal do Rio Grande (FURG) - Brasil

<https://orcid.org/0000-0003-0278-2133>

Resumo: A agricultura familiar e a pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos representam modos de vida tradicionais, sustentados por relações comunitárias, saberes locais e práticas produtivas conectadas ao território. A maior frequência e intensidade de eventos climáticos na região ampliou a vulnerabilidade das comunidades pesqueiras e agrícolas familiares. Para fortalecer o setor, os Arranjos Produtivos Locais surgem como modelo de desenvolvimento ao articular atores econômicos, sociais e institucionais. Tendo como objetivo a construção de um plano de desenvolvimento para um arranjo produtivo cooperativo, foi realizado um diagnóstico participativo destas cadeias produtivas, no qual atores locais identificaram como demandas prioritárias o acesso a microcrédito e assistência contábil. O estudo evidenciou o potencial das metodologias participativas e a necessidade de integrar políticas públicas para promover o desenvolvimento regional com base no cooperativismo e na economia solidária.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Pesca artesanal. Mudança climática. Cooperativismo. Desenvolvimento regional.

¹ Recebido em: 22/07/2025. Aprovado em: 08/09/2025.

² Mestre em Gerenciamento Costeiro pela Universidade Federal do Rio Grande/FURG (2019), Graduada em Oceanologia pela FURG (2015). e-mail: kamiladebian@gmail.com

³ Mestre em Gerenciamento Costeiro pela Universidade Federal do Rio Grande/FURG (2020), Graduada em Oceanografia pela UFSC (2017), Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Conexões Sustentáveis FURG/CNPq. e-mail: brendauliano@gmail.com

⁴ Doutora em Educação em Ciências/FURG (2020), Mestre em Educação em Ciência/UFPEL (2010). Professora Titular do Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande /FURG. Coordena o projeto e-COO, voltado ao cooperativismo de plataforma e à agricultura familiar. Lidera o Grupo de Pesquisa Laboratório de Tecnologia Social, Arte e Economia Criativa (CNPq/CAPES) e o Plano de Desenvolvimento para o APCL (MIDR). Integra o NUDESE/FURG, o Comitê de Inovação e Tecnociência Solidária da FURG e atua como coordenadora adjunta da Setorial Sul da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Tecnologia Social (ABEPETS). e-mail: viviani.kwecko@gmail.com

Los desafíos de la Agricultura Familiar y la Pesca Artesanal en el estuario de la Laguna de los Patos: cambio climático y el cooperativismo como estrategia de fortalecimiento productivo

Resumen: La agricultura familiar y la pesca artesanal en el estuario de la Lagoa dos Patos representan modos de vida tradicionales, sustentados por relaciones comunitarias, saberes locales y prácticas productivas conectadas al territorio. La mayor frecuencia e intensidad de eventos climáticos en la región ha ampliado la vulnerabilidad de las comunidades pesqueras y agrícolas familiares. Para fortalecer el sector, los Arreglos Productivos Locales surgen como un modelo de desarrollo al articular actores económicos, sociales e institucionales. Teniendo como objetivo la construcción de un plan de desarrollo para un arreglo productivo cooperativo, se realizó un diagnóstico participativo de estas cadenas productivas, en el cual los actores locales identificaron como demandas prioritarias el acceso a microcrédito y asistencia contable. El estudio evidenció el potencial de las metodologías participativas y la necesidad de integrar políticas públicas para promover el desarrollo regional con base en el cooperativismo y la economía solidaria.

Palabras clave: Agricultura familiar. Pesca artesanal. Cambio climático. Cooperativismo. Desarrollo regional.

The challenges facing Family Farming and Artisanal Fishing in the Patos Lagoon estuary: climate change and cooperativism as a strategy for strengthening production

Abstract: Family farming and artisanal fishing in the estuary of the Lagoa dos Patos represent traditional ways of life, sustained by community relations, local knowledge, and productive practices connected to the territory. The increased frequency and intensity of climatic events in the region has amplified the vulnerability of fishing and family farming communities. To strengthen the sector, Local Productive Arrangements emerge as a development model by articulating economic, social, and institutional actors. Aiming to build a development plan for a cooperative productive arrangement, a participatory diagnosis of these productive chains was carried out, in which local actors identified access to microcredit and accounting assistance as priority demands. The study highlighted the potential of participatory methodologies and the need to integrate public policies to promote regional development based on cooperativism and the solidarity economy.

Keywords: Family farming. Artisanal fishing. Climate change. Cooperativism. Regional development.

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha papel fundamental na segurança alimentar, na manutenção dos ecossistemas e na economia regional, especialmente em áreas estuarinas como a região da Lagoa dos Patos, no Rio Grande do Sul. Contudo, as famílias agricultoras e as comunidades pesqueiras que ocupam esses territórios enfrentam múltiplas vulnerabilidades socioambientais e econômicas que ameaçam a sustentabilidade de suas atividades produtivas e modos de vida tradicionais (IBGE, 2017).

Essas vulnerabilidades são agravadas pela crescente incidência de eventos climáticos extremos, associados às mudanças climáticas globais, que têm provocado

inundações, estiagens prolongadas e alterações na dinâmica hídrica da região (Marengo et al., 2024). Tais fenômenos impactam diretamente as atividades agrícolas e pesqueiras, comprometendo a produção, a renda familiar e a resiliência dos sistemas produtivos locais.

Além disso, o contexto socioeconômico em que estão inseridas essas comunidades evidencia dificuldades no acesso a recursos financeiros, tecnologias adequadas e infraestrutura, bem como limitações na formalização e organização em redes cooperativas que possam fortalecer a agricultura familiar e a pesca artesanal.

Neste sentido, políticas públicas nacionais e convenções internacionais, como a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (Brasil, 2019) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015), apontam para a necessidade de ações integradas que promovam a sustentabilidade econômica, social e ambiental desses territórios. A economia azul, conceito que integra desenvolvimento sustentável à valorização dos recursos marinhos e costeiros, também surge como uma estratégia potencial para fortalecer a agricultura familiar e a pesca artesanal em regiões estuarinas (Pauli, 2010).

O presente artigo tem como objetivo identificar as principais vulnerabilidades enfrentadas pela agricultura familiar e pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos, discutindo os desafios e as possibilidades de fortalecimento dessas comunidades a partir do cooperativismo popular e das políticas públicas vigentes.

O estudo faz parte de um projeto de pesquisa financiado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) que tem como enfoque investigar estratégias de cooperativismo associadas à economia azul e ao desenvolvimento regional.

No âmbito do projeto, foram identificados importantes desafios da cadeia produtiva da atividade agrícola e pesqueira de pequena escala, como resultado de um processo participativo com atores da agricultura familiar, pesca artesanal e agentes do cooperativismo. Além dos desafios, por meio do diálogo, foram apontadas as demandas urgentes para a proteção e o desenvolvimento dessas comunidades.

A Agricultura Familiar e a Pesca Artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos

A agricultura familiar na região do estuário da Lagoa dos Patos é marcada por uma profunda relação entre as famílias produtoras e os ecossistemas costeiros. Inserida

em um território de banhados, marismas e campos naturais, essa forma de produção é caracterizada por práticas tradicionais, uso diversificado da terra e integração com outras atividades econômicas, como a pesca artesanal e a pecuária de pequena escala. Essas famílias, muitas vezes multigeracionais, acumulam saberes sobre o manejo do solo, dos ciclos hidrológicos e das espécies adaptadas às condições locais.

Nos municípios de Rio Grande, Pelotas e São José do Norte, a agricultura familiar predomina em propriedades de pequeno porte, orientadas principalmente para o autoconsumo, além da comercialização direta em feiras, programas institucionais e mercados locais. Entre as culturas mais comuns estão hortaliças, milho, feijão e cebola, frequentemente associadas a outras atividades, como a criação de pequenos animais, o desenvolvimento da agroindústria familiar, a adoção de práticas agroecológicas e a atividade pesqueira.

Assim como a agricultura familiar, a pesca artesanal é uma atividade de suma importância no estuário da Lagoa dos Patos. A região estuarina integra uma diversidade de ecossistemas que realizam a função de berçário para diversos recursos pesqueiros de relevância ecológica, econômica e social para as comunidades pesqueiras situadas nos municípios defrontantes à laguna.

A Lei nº 11.959, de 2009, define que a pesca artesanal é aquela produzida "de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte". Ainda, a atividade pesqueira artesanal envolve trabalhadores e trabalhadoras que se dedicam não apenas à captura, mas também à conservação, beneficiamento, transporte e comercialização do pescado, além da confecção e reparação de petrechos e embarcações de pequeno porte (Brasil, 2009).

Na região do estuário, a atividade pesqueira ocorre em diferentes ambientes aquáticos, com diversas artes e métodos de pesca, sendo o camarão, corvina, tainha e bagre os principais recursos capturados. Além desses recursos, existe uma fauna bastante diversificada que pode fazer parte das capturas, como o linguado, siri azul, o peixe-rei, jundiá, viola e traíra (Kalikoski e Vasconcellos, 2013).

O exercício da atividade pesqueira no estuário da Lagoa dos Patos é regido pela Instrução Normativa Conjunta MMA/SEAP nº 03, de 9 de fevereiro de 2004, que define o acesso à atividade de pesca a pescadoras e pescadores profissionais inscritos no

Registro Geral da Pesca junto ao Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA) e que detenham Licença Ambiental de Pesca.

Assim como em todo o Rio Grande do Sul, nos três municípios que margeiam o estuário a atividade pesqueira é predominantemente artesanal consistindo em uma atividade de grande importância socioeconômica e cultural, tendo em vista sua forte relação com o território e com os ciclos da natureza, configurando-se não só uma atividade econômica, mas sobretudo, um modo de vida tradicional.

Atualmente, segundo dados do MPA, em São José do Norte estão cadastrados no Sistema de Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) 1.932 pescadores e pescadoras, sendo que desse total, 1.889 são pescadores e pescadoras artesanais e apenas 43 são industriais. As comunidades pesqueiras do município se organizam socialmente na Colônia de Pescadores Z-2 e dentre as localidades, destacam-se as comunidades de Barranco, Estreito, Gravatá, Passinho, Capivaras, São Caetano, Saraiva, Retovado, Retiro, Inhame e 5^a Secção da Barra.

Em Rio Grande, está localizada a Colônia de Pescadores Z-1 e estão cadastrados 1.211 pescadores e pescadoras artesanais e 98 industriais. O município possui uma diversidade de comunidades pesqueiras, podendo citar as comunidades localizadas na 4^a Secção da Barra, Ilha dos Marinheiros, Ilha da Torotama, Pesqueiro, Alegria, Prado, Bosque, Matadouro e São Miguel.

Em Pelotas, estão cadastrados 1.161 pescadores e pescadoras artesanais e somente 1 (um) industrial. O município possui importantes comunidades pesqueiras, como Pontal da Barra, Balsa, Ponte, Vila da Palha, Colônia Z3 e Doquinhas. A categoria se organiza socialmente por meio da Colônia de Pescadores Z-3. A atividade pesqueira em Pelotas, semelhante ao restante do estuário, tem como safras mais importantes o camarão-rosa, a tainha, a corvina e o bagre. Ademais, nos períodos entre temporadas ou quando as safras principais não são rentáveis, outras espécies podem fazer parte das capturas (Kalikoski e Vasconcellos, 2013).

Uma forte característica desta pesca é sua relação com o território, envolvendo saberes e fazeres tradicionais na construção de seu modo de vida, e não apenas como uma atividade econômica convencional. Assim, os limites de produção dependem da capacidade de reprodução dos estoques pesqueiros, estabelecendo-se uma relação direta entre a reprodução da vida social e a dinâmica das espécies.

Além da prática pesqueira, estas comunidades são em grande parte rurais, onde se desenvolvem mutuamente atividades agrícolas de subsistência. Dessa forma, a agricultura familiar e a pesca artesanal são atividades tradicionais que se complementam frequentemente, constituindo a base da economia, da cultura e do modo de vida das comunidades locais. Essas práticas dependem diretamente dos recursos naturais da região e são conduzidas majoritariamente por famílias que mantêm uma relação estreita e contínua com o ambiente em que vivem (Daitx de Oliveira et al., 2019; Costa; Asmus, 2018).

A multifuncionalidade produtiva das comunidades do estuário da Lagoa dos Patos manifesta-se na coexistência e articulação entre práticas agrícolas, pesqueiras e extrativistas realizadas por famílias tradicionais da região. Essas famílias desenvolvem estratégias diversificadas para garantir segurança alimentar e fontes alternativas de renda ao longo do ano, combinando o cultivo de hortaliças e grãos, a criação de pequenos animais e a pesca artesanal. Essa integração representa uma importante forma de resiliência socioeconômica frente às incertezas ambientais e econômicas, fato comum na região, mas também presente em outras áreas do Brasil.

Entretanto, a legislação brasileira relativa ao seguro-defeso impõe restrições que afetam diretamente essa multifuncionalidade. O seguro-defeso é um benefício previdenciário nos períodos em que a pesca é proibida para garantir a reprodução de espécies. Conforme o Decreto nº 8.425/2015, para que o pescador artesanal tenha direito ao seguro-defeso, é exigida a exclusividade na atividade pesqueira, ou seja, o beneficiário não pode exercer outra atividade econômica formal. Isso cria um entrave para as famílias que também se dedicam à agricultura familiar, pois a formalização desta última pode implicar na perda do benefício do seguro-defeso (IPEA, 2017).

Esse contexto legal contribui para a invisibilidade e informalidade da agricultura familiar nas regiões costeiras, desestimulando a diversificação produtiva que historicamente caracteriza esses territórios. Além disso, dificulta o acesso das famílias às políticas públicas que poderiam fortalecer suas atividades agrícolas e, consequentemente, sua segurança alimentar e econômica. Assim, o modelo atual penaliza práticas tradicionais e sustentáveis, ao invés de reconhecer e apoiar a complexidade dos modos de vida das comunidades do estuário.

No âmbito regional, estudos realizados na Lagoa dos Patos evidenciam essa dinâmica complexa, mostrando que a coexistência entre agricultura familiar e pesca

artesanal é um componente central dos modos de vida locais, mas também apontam para a necessidade de políticas integradas que considerem essas especificidades (Daitx de Oliveira et al., 2019).

Além das singularidades que essas comunidades estuarinas enfrentam em relação às políticas públicas que regulam seus modos de vida, elas também carregam uma grande vulnerabilidade frente às transformações ambientais e sociais que vêm se intensificando nas últimas décadas. Eventos climáticos extremos, como: água que invade suas casas, secas e inundações que comprometem suas lavouras e mudanças no regime das águas que afetam os estoques pesqueiros, atingem diretamente seu sustento e a estabilidade de suas famílias.

Vulnerabilidade de pequenos produtores e pescadores artesanais aos eventos climáticos extremos

Nos anos de 2023 e 2024 o estado do Rio Grande do Sul sofreu uma série de eventos climáticos extremos que acarretaram danos sociais, materiais e ambientais significativos para a agricultura familiar e a pesca artesanal do estado, em particular na região estuarina da Lagoa dos Patos.

A maior frequência e intensidade desses fenômenos meteorológicos estão diretamente associados aos efeitos das mudanças climáticas e suas consequências afetam diretamente as populações mais vulneráveis. Entre julho e setembro de 2023, no extremo sul do estado, ciclones extratropicais provocaram grande volume de chuvas, ventos fortes e granizo, gerando alagamentos, inundações, descargas elétricas, com grandes prejuízos sociais e econômicos.

As comunidades pesqueiras artesanais do estuário, que exercem atividade tradicional de importância socioeconômica ímpar, foram severamente atingidas, com redução das safras de pescarias tradicionais como tainha, corvina e camarão. Segundo relatório publicado pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão do Rio Grande do Sul e Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/RS-Ascar), relativo aos eventos de 2023, cerca de 4.430 famílias de pescadores residentes em nove municípios da região administrativa de Pelotas, foram impactadas negativamente pelos múltiplos efeitos sobre a cadeia produtiva do pescado.

Ainda, foram estimadas perdas no valor de R\$ 176.460.860,00 devido aos prejuízos diretos como danos à moradia, móveis, eletrodomésticos, petrechos de pesca,

barcos, galpões, trapiches e estradas de acesso aos territórios pesqueiros, além da perda estimada devido aos impactos ecológicos nas safras seguintes (EMATER/RS-Ascar, 2023).

Em abril e maio de 2024, novamente o estado foi afetado por chuvas intensas, especialmente na região centro-norte, com altos índices pluviométricos registrado pelo Instituto Nacional de Meteorologia (INMET, 2024), sendo considerado uma das maiores tragédias climáticas do país, afetando 478 dos 497 municípios e mais de 2,4 milhões de pessoas (Defesa Civil RS, 2024). As bacias dos rios Quaraí, Ibicuí, Vacacaí-Mirim, Baixo Jacuí, Pardo, Taquari-Antas, Caí e Guaíba foram classificadas como áreas de risco pela Defesa Civil Estadual (Defesa Civil RS, 2024).

Na Região Administrativa de Pelotas, que abrange os municípios de Pelotas, Rio Grande, São José do Norte e São Lourenço do Sul, o transbordamento da Lagoa dos Patos e seus canais provocou inundações em áreas urbanas e rurais, comprometendo infraestrutura e serviços essenciais para a produção agrícola familiar (EMATER/RS-Ascar, 2024). As águas alcançaram níveis históricos, causando prejuízos na produção agrícola local, especialmente em hortaliças, feijão e milho. Além disso, danos às vias de acesso e à infraestrutura rural dificultaram o escoamento da produção, afetando diretamente a renda dos agricultores familiares (EMATER/RS-Ascar, 2024).

Entre abril e setembro de 2024, o município de Rio Grande enfrentou sua maior enchente histórica, com aproximadamente 80% dos agricultores familiares impactados, sofrendo perdas totais ou parciais na produção e dificuldades no acesso a alimentos e serviços essenciais. O Projeto e-COO, executado pela FURG, atuou promovendo a auto-organização desses agricultores, distribuindo 250 cestas básicas e aplicando questionários para traçar o perfil socioeconômico local. A participação ativa dos agricultores foi fundamental para validar os dados e superar desafios logísticos, como o acesso a áreas isoladas, demonstrando a importância da autogestão comunitária para mitigar os impactos socioeconômicos das enchentes e fortalecer a segurança alimentar regional (Dosso et al., 2024).

Embora estudos específicos sobre a agricultura familiar na região da Lagoa dos Patos ainda sejam limitados, é possível afirmar que os agricultores familiares vêm enfrentando impactos significativos decorrentes das mudanças climáticas. A intensificação de eventos extremos, como enchentes prolongadas e estiagens severas, têm comprometido a produção agrícola, afetando a renda e a sobrevivência dessas

famílias. Esses efeitos se agravam diante da fragilidade das infraestruturas locais e da escassez de políticas públicas voltadas à adaptação climática no meio rural (IPEA, 2020; EMATER/RS-Ascar, 2023).

Desta forma, diante da maior frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos ocorridos e os danos e prejuízos apontados, constata-se que as comunidades pesqueiras e agrícolas de pequena escala se encontram em situação de extrema vulnerabilidade socioambiental, sendo necessárias ações de enfrentamento e fortalecimento do setor. Esses eventos revelam uma crise socioeconômica e ambiental profunda, especialmente na região estuarina, que exigem medidas urgentes de assistência, mitigação e adaptação climática.

Políticas Públicas de Cooperativismo para o Fortalecimento das Cadeias Produtivas da Agricultura Familiar

No contexto das vulnerabilidades enfrentadas pelas comunidades do estuário da Lagoa dos Patos e da complexidade de seus modos de vida, torna-se urgente a implementação de políticas públicas que reconheçam, valorizem e fortaleçam essas especificidades. Uma estratégia essencial para promover a resiliência socioeconômica dessas populações é o fomento ao cooperativismo, que fortalece a organização coletiva, a solidariedade e a cooperação entre agricultores familiares e pescadores artesanais.

Nesse sentido, os Arranjos Produtivos Locais (APLs) surgem como um importante modelo de desenvolvimento territorial, ao articular atores econômicos, sociais e institucionais em torno da cadeia produtiva da agricultura de pequena escala e da pesca artesanal (Cardoso, 2016; IBGE, 2018). Os APLs são aglomerações de agentes econômicos, políticos e sociais em um mesmo território com foco em um conjunto específico de atividades econômicas, que apresentam vínculos, mesmo que incipientes. Além dos agentes da cadeia produtiva, os APLs incluem instituições públicas e privadas voltadas para a formação e capacitação de recursos humanos, como escolas técnicas e universidades; pesquisa, desenvolvimento e engenharia; política, promoção e financiamento.

Dessa forma, a criação e o fortalecimento de APLs possibilitam a integração entre produção, processamento, comercialização e serviços, promovendo a agregação de valor aos produtos locais e o acesso a novos mercados. As políticas públicas voltadas ao cooperativismo e à formação de APLs têm o potencial de transformar o cenário atual, ao

apoiar a formalização e a capacitação dos produtores, incentivar a inovação tecnológica e fortalecer a governança local (IPEA, 2020; MDA, 2017).

No entanto, observa-se que, apesar de sua relevância, os APLs tradicionais nem sempre são suficientemente cooperativos, especialmente do ponto de vista dos pequenos agricultores e pescadores artesanais. Muitas vezes, esses arranjos favorecem setores mais estruturados economicamente, dificultando a participação efetiva dos sujeitos da agricultura familiar e a partilha justa dos benefícios gerados.

Portanto, investir no cooperativismo e na articulação dos APLs é uma resposta estratégica para enfrentar os desafios econômicos, ambientais e sociais das comunidades do estuário da Lagoa dos Patos, promovendo um desenvolvimento inclusivo, solidário e ambientalmente responsável.

Plano de Desenvolvimento para o Arranjo Produtivo Cooperativo Local (APCL): estratégias para consolidação do Cooperativismo de Plataforma no contexto da Agricultura Familiar na região estuarina da Lagoa dos Patos

O projeto “Plano de Desenvolvimento para o Arranjo Produtivo Cooperativo Local (APCL)” foi concebido com o propósito de incorporar o componente cooperativo aos arranjos produtivos locais da região estuarina da Lagoa dos Patos, no sul do Brasil. Trata-se de uma iniciativa selecionada pelo Edital de Chamamento Público nº 1/2023 do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), voltado à formulação de estratégias de desenvolvimento regional com foco em zonas costeiras e sistemas estuarinos.

O objetivo central do projeto é a formulação de um plano que contribua para o fortalecimento do cooperativismo de plataforma, com foco na agricultura familiar da zona costeira do Rio Grande do Sul. Para tanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: 1) Mapear a situação atual das cooperativas na região; 2) Estruturar um banco de experiências da agricultura familiar local; 3) Elaborar uma agenda de ações integradas de curto, médio e longo prazo; e 4) Promover, de forma participativa, ações de articulação, capacitação e intercooperação entre universidade, poder público, sociedade civil e segmentos produtivos.

A adoção do termo “Cooperativo” na concepção do APCL reforça a ideia de que a cooperação deve ser compreendida como um eixo orientador dos processos de desenvolvimento local, indo além das articulações pontuais frequentemente observadas

nos arranjos produtivos convencionais. Nesse contexto, as entidades cooperativas podem assumir um papel estratégico no fortalecimento das cadeias socioprodutivas e na construção de respostas coletivas frente aos desafios socioambientais, especialmente diante dos eventos climáticos extremos que afetam a região.

Diagnóstico participativo e aplicação da Matriz FOFA (SWOT)

Como parte das estratégias metodológicas do projeto, foi realizado o evento *e-COOAR*, que contou com uma programação voltada ao diagnóstico dos desafios e potencialidades da agricultura familiar e da pesca artesanal na região estuarina da Lagoa dos Patos. O evento ocorreu no Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro e Oceânico do Sul (CIDECSul/FURG) e incluiu uma oficina participativa voltada ao mapeamento do grupo focal.

A atividade ocorreu no dia 25 de abril de 2025 e teve como proposta central reunir representantes da agricultura familiar e da pesca artesanal, pesquisadores, estudantes e representantes de instituições públicas, bem como atores de instituições cooperativas. O tema da oficina foi “O papel das entidades e cooperativas no apoio à reestruturação produtiva e à resiliência da agricultura familiar no Estuário da Lagoa dos Patos”.

Como instrumento metodológico foi escolhido o emprego da Matriz FOFA SWOT, cuja sigla vem de *Strengths* (forças), *Weaknesses* (fraquezas), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças). Em português, também é chamada de Matriz F.O.F.A, correspondendo às iniciais no nosso idioma. O uso desta ferramenta possibilita aos atores apontarem aspectos positivos e negativos do cenário interno e externo das cadeias produtivas, tendo como foco o delineamento de ações para o plano de desenvolvimento.

A dinâmica foi organizada em dois grupos focais, proporcionando um espaço coletivo de construção de diagnóstico, no qual foram identificadas e registradas forças, oportunidades, fraquezas e ameaças percebidas pelos participantes.

O público de participantes abrangeu cerca de 30 pessoas pertencentes a diversas instituições e segmentos, sendo eles: Cooperativa dos Agricultores Familiares de São José do Norte (COOAFAN); Cooperativa de Trabalho e Serviços Múltiplos do Litoral Sul/RS (COOLITORAL); Cooperativa Recicla Cassino; Cooperativa de Reciclagem e Defesa do Meio Ambiente Santa Rita; Colônia de Pescadores - Z1; Quilombo Vila Nova

de São José do Norte; Instituição Financeira Cooperativa (UNICREDI); EMATER; professores/servidores e estudantes da FURG e IFSul; e poder público por meio de representante da Prefeitura Municipal do Rio Grande e do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional.

Figuras 1 e 2: Registro fotográfico dos participantes e da atividade ocorrida na oficina de diagnóstico participativo e aplicação da Matriz FOFA realizada no evento e-COOAR.



Fonte: as autoras, registro realizado em 25 de abril de 2025.

Como resultado da discussão promovida entre os participantes, foram elaboradas duas matrizes que, posteriormente, foram apresentadas e debatidas coletivamente. As principais reivindicações expressas englobaram temas como o apoio no enfrentamento aos efeitos das mudanças climáticas, no âmbito das políticas de clima e resiliência; a implementação de serviços de contabilidade solidária; a disponibilização de maquinário adaptado à produção agrícola em pequena escala; o acesso facilitado ao microcrédito popular; o comprometimento efetivo com os territórios e suas especificidades; o reconhecimento do papel estratégico das mulheres na cadeia produtiva; e o estreitamento do diálogo com instituições de ensino, pesquisa e extensão.

A partir do debate entre os diferentes segmentos representados, foram identificados pontos críticos para a reestruturação e o fortalecimento das cadeias produtivas das comunidades envolvidas. Esses elementos foram sistematizados em uma Carta-Manifesto, construída de forma participativa, com o objetivo de ser encaminhada a representantes do governo federal como instrumento de incidência política e reivindicação coletiva.

Como demandas prioritárias para a estruturação e formalização das organizações baseadas no cooperativismo, destacaram-se a ampliação do acesso ao microcrédito

popular e a oferta de serviços de contabilidade e assessoria fiscal às cooperativas e associações vinculadas à agricultura familiar. Tais demandas evidenciam a necessidade de políticas públicas específicas que fortaleçam a autonomia, a sustentabilidade econômica e a capacidade organizativa dessas formas coletivas de produção e comercialização.

CONCLUSÃO

A agricultura familiar e a pesca artesanal no estuário da Lagoa dos Patos representam modos de vida tradicionais profundamente conectados ao território, sustentados por relações comunitárias, saberes locais e práticas produtivas integradas à dinâmica natural da região. No entanto, essas comunidades enfrentam múltiplas vulnerabilidades que comprometem sua sustentabilidade, entre elas a precariedade do acesso a políticas públicas, as limitações impostas por legislações desarticuladas e os efeitos cada vez mais intensos das mudanças climáticas.

Nesse contexto, o fortalecimento do cooperativismo popular e a criação de estratégias territoriais de desenvolvimento, como propõe o projeto Plano de Desenvolvimento para o Arranjo Produtivo Cooperativo Local (APCL), mostram-se fundamentais. O projeto contribui não apenas com um diagnóstico participativo sobre os desafios enfrentados pelas comunidades, mas também com a proposição de caminhos concretos de articulação entre diferentes setores sociais e institucionais.

A realização da oficina com aplicação da Matriz FOFA, durante o evento e-COOAR, evidenciou a potência das metodologias participativas na construção coletiva de soluções, valorizando as vozes locais e promovendo o engajamento de cooperativas, instituições públicas, universidades e sociedade civil. A produção da Carta-Manifesto reforça esse compromisso político com a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, solidário e adequado às realidades locais.

Conclui-se, portanto, que a integração entre políticas públicas, cooperativismo e economia solidária é essencial para enfrentar os desafios contemporâneos das comunidades costeiras e promover a resiliência das cadeias produtivas da agricultura familiar e da pesca artesanal. Avançar nessa direção exige o reconhecimento da multifuncionalidade desses territórios e o fortalecimento de redes de cooperação capazes de gerar impactos positivos duradouros, tanto no plano socioeconômico quanto ambiental.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11.959**, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional da Pesca e Aquicultura. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 jun. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional: Diretrizes e estratégias para o desenvolvimento sustentável**. Brasília: MDR, 2019.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. **APL: arranjo produtivo local**. Brasília: Sebrae, 2014.

COSTA, Julliet Correa da; ASMUS, Milton Lafourcade. Base ecossistêmica da atividade pesqueira artesanal: estudo de caso no Baixo Estuário da Lagoa dos Patos (BELP), RS, Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 44, p. 51–75, 2018. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/dma/article/view/55001>. Acesso em: 02 jun. 2025.

DAITX DE OLIVEIRA, Vitória; SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda; NOVO DA SILVA, Fernanda. Aspectos socioeconômicos da pesca artesanal no Estuário da Lagoa dos Patos (RS): Estudo de caso na Colônia de Pescadores Z-3. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 8, n. 1, p. 44–70, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rever/article/view/3421>. Acesso em: 02 jun. 2025.

DOSSO, Elisa Stuani et al. Tecnologias sociais em ação: relato de experiência na distribuição de cestas básicas para agricultores familiares no município do Rio Grande, Rio Grande do Sul. Simpósio Brasileiro de Ensino, Pesquisa e Extensão em Tecnologia Social. **Anais** [...] Publicado em 17 mar. 2025. ISBN 978-65-272-1256-0. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/2o-sepets/983392-tecnologias-sociais-em-acao--relato-de-experiencia-na-distribuicao-de-cestas-basicas-para-agricultores-familiares/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

EMATER/RS-ASCAR. **SISPERDAS – Evento Granizo, Chuva e Ventos Fortes (16 a 24 de novembro de 2023): Relatório Consolidado**. Porto Alegre: Gerência de Planejamento – EMATER/RS-ASCAR, 2023.

EMATER/RS-ASCAR. **Laudo regional: pesca profissional artesanal – região sul do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2023. Disponível em: https://maress.furg.br/images/LAUDO_REGIONAL_PESCA_PROFISSIONAL_ARTE_SANAL_Emater11102023.pdf.

EMATER/RS-ASCAR. **Relatório técnico de perdas socioeconômicas na região administrativa de Pelotas em decorrência das enchentes de maio de 2024**. Porto Alegre: EMATER/RS-Ascar, 2024.

GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL. Relatório SISPERDAS – Evento Enchentes em maio de 2024. Porto Alegre: Secretaria de Desenvolvimento Rural/Defesa Civil RS, 2024. Disponível em:
<https://estado.rs.gov.br/upload/arquivos/202406/relatorio-sisperdas-evento-enchentes-e-m-maio-2024.pdf>

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Agropecuário 2017: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>. Acesso em: 25 maio 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE METEOROLOGIA (INMET). Boletim climático especial: eventos extremos no Rio Grande do Sul – abril e maio de 2024. Brasília, 2024.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Seguro-defeso e pesca artesanal: avaliação e propostas para aprimoramento. Brasília: IPEA, 2017. Disponível em:
https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=23643. Acesso em: 02 jun. 2025.

IPEA. Agricultura familiar, mudanças climáticas e políticas públicas. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020.

KALIKOSKI, Daniela C.; VASCONCELLOS, Marcelo C. Estudo das condições técnicas, econômicas e ambientais da pesca de pequena escala no estuário da Lagoa dos Patos, Brasil: uma metodologia de avaliação. **FAO Fisheries and Aquaculture Circular**, n. 2070-6065, 2013.

MARENGO, José A. Impactos sociais dos eventos climáticos extremos. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 76, n. 3, p. 1–8, jul. 2024.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Decreto nº 8.425**, de 4 de março de 2015. Regulamenta o seguro-defeso para pescadores artesanais. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 mar. 2015. Seção 1, p. 1.

MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA. **Painel Unificado do Registro Geral da Atividade Pesqueira**. Brasília, 2025. Disponível em:
<https://www.gov.br/mpa/pt-br/assuntos/cadastro-registro-e-monitoramento/painel-unificado-do-registro-geral-da-atividade-pesqueira>. Acesso em: jul. 2025.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando Nossa Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 25 maio 2025.

PAULI, Gunter. **A economia azul: 10 anos, 100 inovações, 100 milhões de empregos**. São Paulo: M. Books do Brasil, 2010.